

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

1

Em 1999, as contas do Governo Central acima da linha registraram superávit primário de R\$ 21,5 bilhões, equivalente a 2,13% do PIB, resultado significativamente maior do que aquele alcançado no ano anterior, de 0,60% do PIB. Em termos desagregados, o superávit obtido pelo Tesouro (R\$ 31,5 bilhões) denota o empenho do governo para suprir o déficit de R\$ 9,3 bilhões do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), de forma a atingir as metas de desempenho fiscal estabelecidas para o Setor Público consolidado no ano.

*Em 1999, o Governo Central obteve superávit primário de R\$ 21,5 bilhões, ou 2,13% do PIB.*

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL**  
**BRASIL, 1998/1999**

DISCRIMINAÇÃO	(R\$ milhões)			
	Dezembro		Jan-Dez	
	1998	1999	1998	1999
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>20.054,9</b>	<b>23.061,3</b>	<b>183.980,4</b>	<b>211.167,9</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>13.744,5</b>	<b>15.933,6</b>	<b>137.759,0</b>	<b>162.051,5</b>
I.1.1 Receita Administrada Bruta	11.275,6	14.645,4	117.781,6	142.165,5
I.1.2. (-) Restituições	(232,4)	(542,5)	(3.546,8)	(4.708,5)
I.1.3. Diretamente Arrecadadas	1.167,5	1.063,2	7.481,0	7.526,9
I.1.4. Demais Receitas	1.592,8	827,6	16.813,2	17.817,7
I.1.5. (-) Incentivos Fiscais	(59,0)	(60,1)	(770,0)	(750,1)
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>6.310,4</b>	<b>7.127,7</b>	<b>46.221,4</b>	<b>49.116,4</b>
<b>II. DESPESA TOTAL</b>	<b>18.670,6</b>	<b>24.757,3</b>	<b>178.396,7</b>	<b>188.950,1</b>
<b>II.1. Transferência a Estados e Municípios</b>	<b>2.480,5</b>	<b>2.828,3</b>	<b>27.223,4</b>	<b>31.883,1</b>
<b>II.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>7.887,0</b>	<b>8.610,9</b>	<b>53.375,7</b>	<b>58.447,3</b>
<b>II.3. Despesas da Administração Federal</b>	<b>7.850,0</b>	<b>13.164,8</b>	<b>94.846,1</b>	<b>96.073,3</b>
II.3.1. Pessoal e Encargos	2.690,5	5.944,5	45.881,3	49.192,9
II.3.2. Despesas de Custeio e Capital	5.159,4	7.220,3	48.964,8	46.880,4
- Abono e Seguro Desemprego	373,6	501,5	4.458,6	4.843,1
- Desapropriação para Reforma Agrária	96,0	103,8	567,1	399,2
- Outras Despesas de Custeio e Capital	4.689,8	6.615,0	43.939,1	41.638,1
<b>II.4. Subsídios e Subvenções</b>	<b>453,1</b>	<b>153,4</b>	<b>2.951,5</b>	<b>2.546,5</b>
<b>III. RESULTADO DO GOVERNO FEDERAL (I - II)</b>	<b>1.384,3</b>	<b>(1.696,0)</b>	<b>5.583,7</b>	<b>22.217,8</b>
III.1. Resultado do Tesouro Nacional	2.960,9	(212,8)	12.738,0	31.548,7
III.2. Resultado da Previdência Social (RGPS) (1)	(1.576,6)	(1.483,2)	(7.154,3)	(9.330,9)
<b>IV. RESULTADO DO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>357,5</b>	<b>(106,5)</b>	<b>(154,2)</b>	<b>(743,3)</b>
<b>V. RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL (III + IV)</b>	<b>1.741,8</b>	<b>(1.802,5)</b>	<b>5.429,5</b>	<b>21.474,4</b>
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>0,60%</b>	<b>2,13%</b>

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

**Principais Variações**

Acumulado: Dezembro99/Dezembro98

<b>Receitas</b>	<b>14,8%</b>
<b>Despesas</b>	<b>5,9%</b>
Benefícios	9,5%
Transferências	17,1%
Pessoal	7,2%
Custeio e Capital	-4,3%

**RESULTADO PRIMÁRIO/PIB**  
Acumulado Jan-Dez 1998/1999

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
Tesouro Nacional	1,4%	3,1%
Previdência Social	-0,8%	-0,9%
Banco Central	0,0%	-0,1%
<b>GOVERNO CENTRAL</b>	<b>0,6%</b>	<b>2,1%</b>

A performance fiscal do exercício pode ser explicada, tanto pelo crescimento das receitas totais, que passaram de 20,4% para 20,9% do PIB, quanto pelas despesas de pessoal

e custeio que, juntas, reduziram-se de 10,5% para 9,5% do PIB. Ainda com relação às despesas, observa-se que as transferências a estados e municípios foram as que mais cresceram (17,1%). Por outro lado, as despesas de custeio e capital caíram 4,3% em termos nominais.

*As despesas sazonais com funcionalismo e beneficiários da Previdência somaram R\$ 5,5 bilhões, em dezembro.*

Em dezembro, o déficit primário de R\$ 1,8 bilhão reflete o pagamento adicional de R\$ 5,5 bilhões ao funcionalismo e beneficiários da Previdência Social, explicado, em boa medida, pelas despesas sazonais com 13<sup>o</sup> salário. O maior gasto mensal com custeio e capital deve-se à recomposição parcial dessas despesas no exercício.

## Receita Total

A receita totalizou R\$ 23,1 bilhões, superando em R\$ 3,0 bilhões o recolhimento no mesmo mês de 1998. As receitas administradas pela Receita Federal, líquidas de restituições, aumentaram R\$ 3,1 bilhões, com destaque para os incrementos verificados na COFINS (R\$ 1,4 bilhão), CPMF (R\$ 793,8 milhões) e Imposto de Renda (R\$ 611,4 milhões).

RECEITAS DO GOVERNO CENTRAL/PIB  
Acumulado Jan-Dez 1998/1999

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>20,4%</b>	<b>20,9%</b>
I.1. Tesouro	15,3%	16,0%
I.1.1. Adm SRF (*)	12,7%	13,6%
I.1.2. Outras (**)	2,6%	2,4%
I.2. Previdência Social	5,1%	4,9%

(\*) Líquida de restituição

(\*\*) Diretamente arrecadadas e "demais" receitas

No ano, a receita total atingiu R\$ 211,2 bilhões, contra R\$ 184,0 bilhões em 1998, equivalente a um crescimento de 0,5 ponto percentual do PIB. Observa-se aumento daquelas administradas pela Receita Federal, cerca de 0,9 ponto percentual do PIB, contra queda das contribuições para a Previdência Social, de 0,2 ponto percentual (tabela ao lado).

## Receita do Tesouro no mês

<sup>1</sup> Em conformidade com o Art. 1<sup>o</sup>, Parágrafo Único, da Lei nº 9.783, de 28/01/99.

Em relação ao recolhimento do Tesouro no período, destacam-se os seguintes efeitos de mudanças na legislação, em relação ao mesmo período do ano passado: i) antecipação do pagamento de IRPJ, que provocou arrecadação adicional no valor de R\$ 500,0 milhões; ii) pagamento da contribuição à previdência do servidor público incidente sobre o 13<sup>o</sup> salário a partir desse ano<sup>1</sup>, que correspondeu à receita adicional de R\$ 150,0 milhões.

Por outro lado, a arrecadação da CSLL registrou queda de R\$ 484,3 milhões, se comparada a dezembro de 1998, devido ao recolhimento de débitos atrasados de R\$ 609

milhões ocorrido naquele mês. A queda na arrecadação do IRRF-Rendimento de Capitais, de R\$ 162,7 milhões, foi afetada pelo recolhimento, em dezembro de 1998, da tributação dos rendimentos acumulados até 31/12/97 e da nova sistemática de tributação mensal a partir do mês de julho daquele ano.

A arrecadação das demais receitas atingiram R\$ 827,6 milhões, ficando R\$ 765,2 milhões abaixo da arrecadação do mesmo mês de 1998. Esta queda explica-se principalmente pelos seguintes fatores: i) Redução das receitas de dividendos, tendo em vista que em dezembro de 1998 ingressaram de R\$ 947,0 milhões relativos ao recolhimento dos valores devidos pela Eletrobrás; ii) Ausência de receitas derivadas da Conta Petróleo, comparativamente ao superávit de R\$ 367,6 milhões em dezembro de 1998.

A receita total do Tesouro Nacional atingiu R\$ 162,1 bilhões em 1999, apresentando crescimento nominal de 17,6%, comparativamente à arrecadação verificada em 1998. Entre os itens que mais contribuíram para esse desempenho, destacam-se as receitas administradas líquidas, que passaram de R\$ 114,4 bilhões, em 1998, para R\$ 137,5 bilhões, em 1999, o que representa expressivo incremento de 20,3% no período, explicado pelos seguintes fatores:

- Recolhimento de débitos atrasados em virtude da desistência de ações judiciais<sup>2</sup>, proporcionando receitas adicionais de R\$ 4,3 bilhões;
- Acréscimo de R\$ 1,3 bilhão da receita do Imposto de Importação, explicado fundamentalmente pela mudança na política cambial;
- Aumento de remessas ao exterior, associado também à mudança na política cambial, que afetou a arrecadação do IRRF- Remessas ao Exterior em R\$ 1,5 bilhão;
- Receita adicional de R\$ 1,0 bilhão, decorrente do encerramento definitivo de ações judiciais, referente à Cofins (R\$ 694,0 milhões) e à CSLL (R\$ 312,0 milhões); eIOF (+38,0%): Tributação das aplicações financeiras em fundos de investimentos à alíquota de 0,38% conjugado

*Mudanças na legislação tributária afetaram o recolhimento sazonal do mês de dezembro.*

### ***Evolução das receitas do Tesouro no ano de 1999***

<sup>2</sup> Incentivado pela Lei nº 9.779, de 19/01/99, e as alterações introduzidas pelas MP's nºs 1.807/99 e 1.858-6/99.

*Em 1999, as receitas extraordinárias e aquelas decorrentes de mudanças conjunturais, administradas pela SRF, atingiram R\$ 9,4 bilhões.*

com o aumento de 0,38 ponto percentual nas operações de crédito relativamente às pessoas físicas e jurídicas, vigendo no período em que não houve recolhimento da CPMF, o que fez com que houvesse um recolhimento adicional de R\$ 1,3 bilhão.

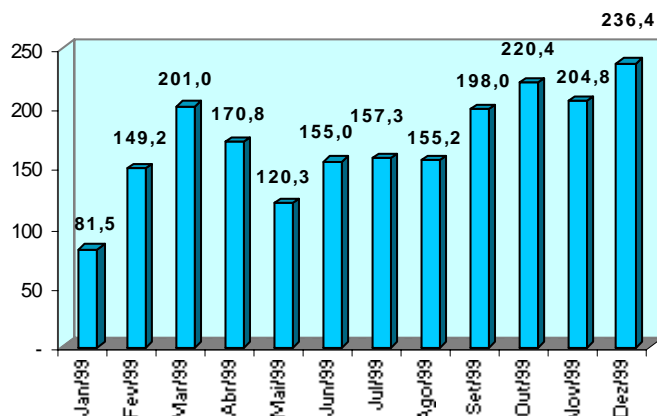
*As alterações na legislação contribuíram para o recolhimento adicional de R\$ 15,8 bilhões em 1999.*

Adicionalmente, alterações na legislação fiscal afetaram o recolhimento das seguintes receitas:

- Incorporação de depósitos judiciais à Conta Única do Tesouro Nacional (Lei nº 9.703/98), que totalizou R\$ 2,1 bilhões no ano;
- Cofins (+71,5%): Elevação da alíquota de 2% para 3% e extensão da cobrança às instituições financeiras<sup>3</sup>, contribuindo para o acréscimo de R\$ 11,3 bilhões no ano;
- IRRF-Rendimento de Capitais (+14,2%): Extensão da tributação para operações de renda fixa destinada ao *hedge* (Lei nº 9.779/99), com efeito adicional sobre a receita de R\$ 2,3 bilhões;
- CPMF (-2,0%): pequena redução, dado que a ausência de recolhimento, no período de 23/01/99 a 17/06/99, foi em sua maior parte compensada com o aumento da alíquota nos meses seguintes. O ganho dessa medida foi cerca de R\$ 600,0 milhões/mês; e
- Pagamento da contribuição da previdência do servidor público sobre o 13º salário, da ordem de R\$ 150,0 milhões.

<sup>3</sup> Permitido pela Lei nº 9.718, de 27/11/98, produzindo efeitos a partir de março de 1999.

### Recolhimento de Depósitos Judiciais (R\$ milhões)



As receitas dos órgãos da administração direta e indireta ficaram R\$ 45,9 milhões acima da arrecadação de 1998. O acréscimo de R\$ 262,0 milhões na arrecadação dos órgãos da administração direta contrasta com a queda das receitas dos órgãos da administração indireta, que perfizeram R\$ 97,8 milhões. Tal comportamento pode ser explicado pela redução de serviços contratados junto a esses órgãos pelo Governo Federal. Verificou-se, também, redução de R\$ 118,3 milhões na arrecadação do salário-educação, decorrente, entre outros fatores, da contestação judicial da sua cobrança, da ampliação do número de empresas optantes do Simples (isentas da contribuição) e de contratações temporárias de trabalho no âmbito da Lei nº 9.601/98 com o benefício de alíquota parcial.

Foram recolhidos R\$ 17,8 bilhões de “demais receitas” da União, entre as quais, concessão dos serviços de telecomunicação, participações e dividendos e *royalties* da Petrobrás (Lei nº 9.478/98). Do total de concessões, R\$ 7,1 bilhões referem-se às antecipações de parte da primeira e segunda parcelas de concessão do Sistema Telebrás, ocorridas nos meses de junho e março, respectivamente, e ao pagamento do restante da primeira parcela, em agosto.

Em dezembro, a despesa total atingiu o montante de R\$ 24,8 bilhões, 32,6% superior ao mesmo mês do ano anterior. No exercício de 1999, a despesa total perfaz R\$ 189,0 bilhões, dos quais R\$ 96,1 bilhões referentes a gastos com pessoal, custeio e investimento da Administração Federal, e R\$ 58,4 bilhões a benefícios pagos pela Previdência Social. Os valores mencionados contribuíram para queda na despesa total de 1,1 ponto percentual do PIB, sendo 0,8 ponto percentual relativos a gastos de custeio e investimento e 0,2 ponto percentual à despesa com a folha de pagamento do funcionalismo público.

No mês de dezembro, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram elevação de 49,7%, em relação a igual período de 1998, equivalente a R\$ 5,4 bilhões.

*As receitas próprias da administração direta e indireta cresceram R\$ 45,9 milhões em 1999, em relação ao ano anterior.*

**Demais Receitas**

(R\$ milhões)

Itens	Jan-Dez	
	1998	1999
Part. e Dividendos	2.371	1.820
Concessão	9.358	9.151
Conta Petróleo	1.799	2.398
Outras	3.286	4.448
<b>Total</b>	<b>16.813</b>	<b>17.818</b>

**Despesa Total****DESPESAS DO GOVERNO CENTRAL/PIB  
Acumulado Jan-Dez 1998/1999**

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
<b>II. DESPESA TOTAL</b>	<b>19,8%</b>	<b>18,7%</b>
II.1. Estados/Municípios	3,0%	3,2%
II.2. Benefícios	5,9%	5,8%
II.3. Adm Federal	10,5%	9,5%
II.3.1. Pessoal	5,1%	4,9%
II.3.2. Custeio	5,4%	4,6%
II.4. Subsídios	0,3%	0,3%

**Despesas do  
Tesouro no mês**

*O aumento da despesa do Tesouro em relação ao mesmo mês de 1998 deve-se à concentração de gastos no mês em análise, sendo ainda inferior quando considerada a performance anual.*

A folha de pessoal e encargos sociais elevou-se R\$ 3,3 bilhões em dezembro de 1999, comparativamente a dezembro do ano anterior, devido ao efeito no caixa da União das liberações a título de segunda parcela do 13º salário, além do pagamento da folha salarial na íntegra. Em 1998, a despesa relativa à segunda parcela do 13º havia sido liberada no mês de novembro e 70% da folha relativa a dezembro teve seu efeito no caixa em janeiro de 1999.

As despesas do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) também elevaram-se em R\$ 127,9 milhões, em função de os repasses aos bancos para pagamento do abono salarial dos beneficiários do PIS/Pasep, referentes a novembro, terem ocorrido somente no início de dezembro. Em 1998, essa despesa havia se efetivado dentro do próprio mês de novembro.

No que se refere às demais despesas com custeio e capital, deve-se destacar que a concentração de gastos no mês de dezembro esteve associada à liberação, nos últimos dias do mês, de recursos para pagamento a fornecedores e outros compromissos acumulados no exercício. Além disso, inclui R\$ 198,0 milhões de precatórios pagos à Transbrasil, na forma de créditos securitizados, com os quais a empresa quitou débitos em atraso junto ao INSS. Observe-se que, mesmo superior aos valores realizados em dezembro de 1998, a despesa com custeio e capital ainda é 4,3% inferior, em termos nominais, no ano.

As liberações a título de subsídios e subvenções apresentaram redução de 66,1%, como decorrência do decréscimo nos gastos com despesa líquida do programa de Aquisição do Governo Federal (AGF), no montante de R\$ 127,4 milhões. Tal variação decorreu da evolução favorável dos preços de produtos agrícolas ao final de 1999, sobretudo do milho, reduzindo a necessidade de aquisições por parte da União. Registre-se, também, que, em função de alterações nos critérios de pagamento, definidos a partir da Resolução CMN nº 2.666/99 e Lei nº 9.866/99, as despesas com equalização da securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/95), devidas em dezembro de 1999 (parcela Finame-

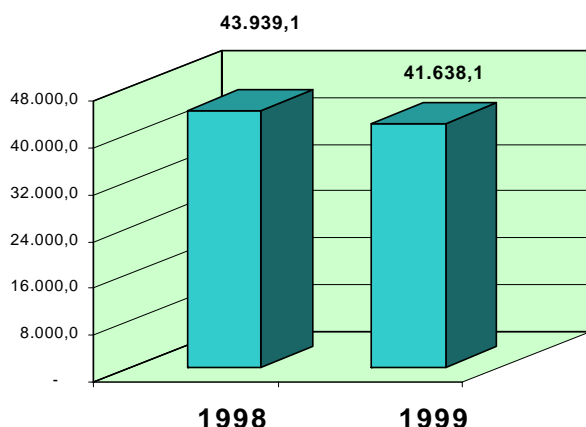
<b>Despesas do POOC</b>	
(R\$ milhões)	
<b>Itens</b>	<b>Dez/99</b>
Custeio Agropecuário	10,1
Investimento Rural	8,5
Preços Agrícolas	3,9
- EGF	0,5
- AGF	(32,7)
- Sustentação de preços	36,1
Pronaf	24,0
Proex	44,6
<b>TOTAL</b>	<b>91,2</b>

BNDES) não foram objeto de pagamento em dezembro de 1999, ao passo que, em dezembro de 1998, as mesmas totalizaram R\$ 56,7 milhões.

No ano de 1999, as despesas do Tesouro Nacional perfizeram R\$ 130,5 bilhões, caindo 1,0 ponto percentual do PIB em relação às realizadas em 1998. As demais despesas de custeio e capital caíram R\$ 2,3 bilhões em relação ao exercício anterior. Em relação ao PIB, a queda foi de 0,8 ponto percentual. O gráfico a seguir apresenta a evolução dessas despesas, indicando o esforço efetuado para a contenção dos gastos públicos sob controle do Tesouro Nacional.

### ***Evolução das despesas do Tesouro no ano de 1999***

**Outras Despesas de Custeio e Capital**  
(acumulado até dezembro em R\$ milhões)



*Em 1999, as despesas de custeio e capital do Tesouro reduziram-se 4,3% em termos nominais.*

As transferências a estados e municípios aumentaram 0,1 ponto percentual do PIB, em função do comportamento da arrecadação das receitas compartilhadas que compõem as transferências constitucionais bem como de alterações na fórmula de cálculo dos valores devidos a título de desoneração do ICMS (Portaria Interministerial MF/MPO nº 340/98 e MP nº 1.913/99), que resultaram em aumento no montante de recursos transferidos. Os créditos gerados com o recálculo da Lei Kandir foram utilizados para abatimento de dívidas dos Estados junto à União, principalmente aquelas decorrentes da Lei nº 9.496/97, de acordo com o disposto na Medida Provisória nº 1.913/99.

*As despesas com pessoal e encargos, inferiores em 0,2 ponto percentual do PIB, incluem despesas extraordinárias com PDV e decisões judiciais, além de mudança na data de pagamento.*

As despesas com pessoal e encargos acumularam no ano o montante de R\$ 49,2 bilhões, superando em R\$ 3,3 bilhões (7,2%) as despesas do ano anterior. Cumpre mencionar que, a partir do mês de janeiro de 1999, o pagamento do funcionalismo público passou a ser efetuado até o 5º dia útil do mês seguinte. Naquele mês, portanto, foram computados apenas 70% da folha salarial referente a dezembro 1998, além dos gastos sazonais com férias. Ademais, o comportamento das despesas no ano foi influenciado pelo reajuste de 28,86% por decisão judicial, a partir de julho de 1998, e pela correção de gratificações em carreiras, como a de professores de ensino superior, militares e funcionários do Judiciário.

A folha salarial também incorpora o pagamento de sentenças judiciais e precatórios (liberação de R\$ 404,5 milhões), além de desembolsos com Programa de Desligamento Voluntário (R\$ 134,6 milhões). Por outro lado, o menor crescimento vegetativo, em função da política de suspensão das progressões funcionais, contribuiu para conter o crescimento dessas despesas.

## **Previdência Social**

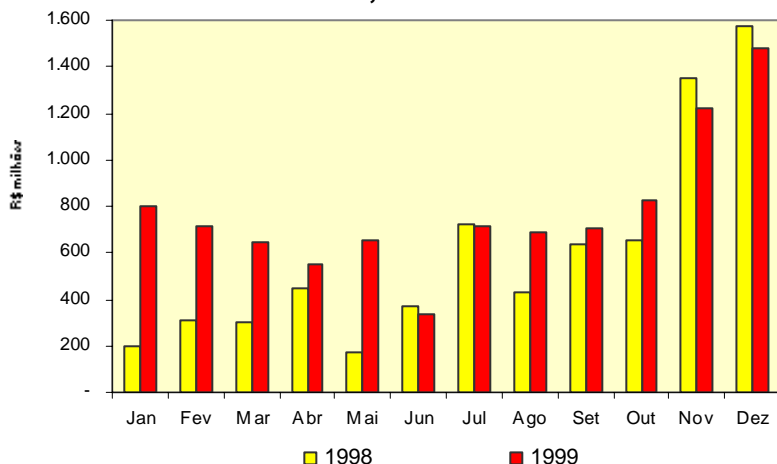
*No mês de dezembro, ingressaram R\$ 424,0 milhões decorrentes de pagamento de contribuições em atraso.*

Em dezembro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 1,5 bilhão, mantendo-se em igual nível de dezembro de 1998. A arrecadação líquida foi influenciada pelos seguintes eventos: i) ingresso de receitas decorrentes do pagamento de dívidas da Transbrasil e da CEPISA, de R\$ 198,0 milhões e R\$ 115,0 milhões, respectivamente; ii) arrecadação de R\$ 110,8 milhões em CDP/INSS; e iii) repasse, somente em janeiro de 2000, das contribuições recolhidas sobre o 13º salário, relativas às transferências a terceiros (Sesi, Senai, Senar, Sebrae, etc.).

A despesas com benefícios apresentaram crescimento de R\$ 723,9 milhões, em relação a dezembro de 1998, em particular devido ao aumento do seu valor médio, afetado pelos reajustes ocorridos nos meses de maio (piso da tabela) e de junho (demais). Por outro lado, em dezembro de 1999, parte das liberações referentes ao 13º salário (R\$ 400,0 milhões) havia sido efetuada no mês anterior.



**Déficit da Previdência Social  
Brasil, 1998/1999**



Benefícios	Novembro		
	1998	1999	%
Quantidade*	18,1	18,8	3,8%
Valor Médio**	237,9	252,0	6,0%

(\*) Em Milhões  
(\*\*) Em R\$ 1,00, exclusive 13º salário.

O déficit do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) elevou-se, de R\$ 7,2 bilhões (0,8% do PIB) em 1998, para R\$ 9,3 bilhões (0,9% do PIB) em 1999, com destaque para a redução das contribuições sociais pagas, de cerca de 0,2 ponto percentual do PIB.

A arrecadação líquida no período inclui os efeitos das medidas de recuperação de créditos adotadas no ano e que resultaram em incremento nas receitas de pelo menos R\$ 680,0 milhões, sendo R\$ 369,0 milhões em CDP/INSS. A partir de dezembro de 1998, também foram incorporados ingressos na forma de depósitos judiciais, sendo R\$ 692,4 milhões somente em 1999. Observa-se, também receita adicional de R\$ 361,0 milhões, no período de março a dezembro de 1999, em função dos ganhos com a sub-rogação do recolhimento previdenciário de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra.

As despesas com benefícios caíram 0,1 ponto percentual do PIB relativamente a 1998. O comportamento dessas despesas são reflexo, em parte, da estabilização da taxa de crescimento das concessões, explicada pela redução das novas concessões por tempo de contribuição após a reforma da Previdência Social. Por outro lado, contribuíram para o seu crescimento os reajustes dos benefícios de 4,6%, ocorridos nos meses de maio (piso) e junho (demais) de 1999.

***Evolução da  
Previdência no  
ano de 1999***

*A estabilização da taxa de concessão de novos benefícios contribuiu para menor crescimento dessa despesa em 1999.*

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA/PIB Acumulado Jan-Dez 1998/1999		
DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
Contribuição	5,1%	4,9%
Benefícios	5,9%	5,8%
<b>RESULTADO</b>	<b>-0,8%</b>	<b>-0,9%</b>

**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado finalizou o ano de 1999 com um saldo de R\$ 203,2 bilhões, correspondente a 20,4% do PIB. Em relação ao mês anterior, houve uma queda de R\$ 16,5 bilhões ou 1,8 ponto percentual do PIB, conforme se observa na tabela 2.

**TABELA 2**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO**  
**BRASIL, 1999**

	(R\$ milhões)		
	Out	Nov	Dez
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>93.782</b>	<b>94.049</b>	<b>86.324</b>
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	322.077	326.430	346.779
Dívida Contratual da STN	-163.986	-167.504	-195.325
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-64.309	-64.877	-65.129
Fat	-45.003	-45.521	-45.487
Demais Entidades	-19.306	-19.356	-19.643
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>123.427</b>	<b>125.590</b>	<b>116.840</b>
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	95.121	95.856	89.185
Títulos Depositados em Garantia	-6.044	-5.915	-4.496
Dívida Contratual	34.850	36.153	32.904
Disponibilidades	-500	-505	-752
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>217.209</b>	<b>219.639</b>	<b>203.165</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>22,3%</b>	<b>22,2%</b>	<b>20,4%</b>

*Em dezembro, o saldo da dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado foi de 20,4% do PIB.*

Tal redução foi decorrente, em particular, da apreciação do real em relação ao dólar ocorrida em dezembro, fazendo com que a dívida externa, em reais, caísse quase R\$ 8,8 bilhões em relação ao mês anterior. Na mesma direção, registrou-se crescimento de R\$ 27,8 bilhões nos haveres contratuais da STN decorrente, em grande medida, da renegociação com o Rio de Janeiro, mais que compensando o crescimento de R\$ 20,3 bilhões da dívida mobiliária interna no período.

**Dívida Pública  
Mobiliária  
Federal**

O estoque total da DPMFi atingiu o montante de R\$ 464,4 bilhões ao final de 1999, sendo que R\$ 346,8 bilhões (74,5% do total) estavam em poder do mercado, o equivalente a 34,4% do PIB.

**TABELA 3**  
**DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA**  
**BRASIL, 1999**

(R\$ milhões)

	1999		
	Out	Nov	Dez
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL</b>	<b>470.392</b>	<b>478.403</b>	<b>464.388</b>
<b>I. Dívida com Mercado</b>	<b>322.077</b>	<b>326.430</b>	<b>346.779</b>
LTN	47.659	46.773	39.717
LFT	143.847	149.694	151.128
LFT-A	4.244	3.886	17.486
LFT-B	20.138	20.147	27.214
NTN-A	7.981	7.893	7.379
NTN-C	0	0	831
NTN-D	30.144	29.776	27.346
NTN-I	1.541	1.553	1.293
NTN-P	10.202	10.270	10.351
CFT-D	2.293	2.268	2.276
NTN-S	48.557	48.624	48.160
Demais	5.471	5.547	13.598
<b>I.2 Dívida com BACEN</b>	<b>81.540</b>	<b>84.680</b>	<b>65.855</b>
LTN	0	1.268	9.565
NTN-S	11.929	12.700	11.979
LFT-A	36.041	36.722	7.303
LFT	31.677	32.117	35.262
Demais	1.894	1.872	1.745
<b>I.3 Títulos em Tesouraria</b>	<b>66.775</b>	<b>67.292</b>	<b>51.754</b>
<b>Dívida MERCADO/PIB</b>	<b>33,0%</b>	<b>32,9%</b>	<b>34,4%</b>

*A relação DPMFi em mercado/PIB fechou o ano de 1999 em 34,4%.*

Comparando-se ao mês anterior, houve um acréscimo de 1,5 ponto percentual do PIB no total da dívida em mercado. Tal comportamento deveu-se à emissão de R\$ 46,8 bilhões em títulos, contra R\$ 28,1 bilhões de resgates e cancelamentos, além da apropriação de juros e encargos no valor de R\$ 1,6 bilhões.

*O Tesouro Nacional efetuou emissões líquidas de R\$ 18,7 bilhões em dezembro.*

**TABELA 4**  
**EMISSIONES, RESGATES E CANCELAMENTOS**  
**DPMFi EM MERCADO BRASIL, Dez/99**

(R\$ milhões)

Fatos	Financeiras	Não Financeiras		Total
I. Emissões	17.950	28.818		46.768
II. Resgates	27.847			27.847
III. Cancelamentos	248			248
<b>IV. Valor líquido (I-II-III)</b>	<b>-10.146</b>	<b>28.818</b>		<b>18.672</b>

O Tesouro Nacional, juntamente com o Banco Central, pretende estimular o desenvolvimento do mercado secundário de títulos públicos.

Em dezembro de 1999, o Tesouro Nacional, em coordenação com o Banco Central, introduziu novos instrumentos e procedimentos para estimular o desenvolvimento do mercado secundário de títulos públicos. Com esse objetivo, e com vistas a conferir maior liquidez a seus títulos, a estratégia do Tesouro é reduzir o número de vencimentos e alongar o prazo dos títulos prefixados, além de efetuar operações de recompra.

Além disso, o Tesouro passou a divulgar previamente o cronograma de emissões de títulos a serem colocados por ofertas públicas, objetivando permitir que os agentes econômicos conheçam antecipadamente as metas da política de emissões de títulos de sua responsabilidade.

Ainda em 1999, o Tesouro Nacional realizou ofertas de títulos de prazos mais longos, indexados ao IGP-M, com vistas a atender demanda específica por parte de instituições financeiras e seus clientes. O objetivo é criar uma curva de juros de longo prazo com títulos da dívida pública interna de forma a suprir a inexistência de parâmetros de longo prazo dos agentes econômicos.

Dessa forma, no mês de dezembro, o Tesouro alongou de forma gradual as LTN, emitidas com prazo de até 7 meses, e realizou uma troca de créditos securitizados por NTN-C, com prazos de 3 a 7 anos, conforme se observa na tabela 5.

TABELA 5  
EMISSÕES FINANCEIRAS EM MERCADO  
BRASIL, Dez/99

(R\$ milhões)

Data de Emissão	Título	Data de Vencimento	Deságio no Período	Valor	
				Nominal	Financeiro
01/12/99	CTN	01/12/19	89,63%	123,3	12,8
01/12/99	LTN	01/03/00	5,024%	1.500,0	1.428,2
01/12/99	LTN	05/07/00	13,071%	1.018,1	900,4
01/12/99	LFT	29/11/00	0,216%	2.454,1	2.448,8
03/12/99	NTN-C	01/12/02	16,598%	675,5	579,3
03/12/99	NTN-C	01/12/06	40,476%	324,6	231,0
08/12/99	LTN	15/03/00	5,257%	2.500,0	2.375,1
08/12/99	LTN	31/05/00	10,124%	1.000,0	908,1
08/12/99	LFT	06/12/00	0,228%	2.378,6	2.373,2
15/12/99	LTN	22/03/00	5,190%	3.500,0	3.327,3
15/12/99	LTN	31/05/00	9,428%	1.500,0	1.370,8
15/12/99	LFT	13/12/00	0,249%	2.000,0	1.995,0
<b>TOTAL</b>				<b>18.974,0</b>	<b>17.950,0</b>

O Tesouro Nacional emitiu, em dezembro, R\$ 810,3 milhões de NTN-C, com prazos de 3 e 7 anos.

Os créditos securitizados que podem ser utilizados na compra das NTN-C são passivos públicos registrados sob a forma escritural na CETIP, derivados da securitização de dívidas assumidas pela União, sobretudo aquelas originárias da extinção de entidades públicas, tais como Siderbrás, Sunaman, Portobrás, entre outras, assim como débitos decorrentes de programas de equalização de preços e tarifas públicas (setores sucroalcooleiro e elétrico).

O resultado deste primeiro leilão de NTN-C demonstrou a existência de uma expressiva demanda no mercado para a aquisição de títulos de longo prazo. A criação gradual de uma curva de juros de médio e longo prazos permitirá o estabelecimento de uma base necessária para o desenvolvimento de mercado de capitais privado.

<b>NTN-C CARACTERÍSTICAS</b>	
<i>Prazos de Vencimento:</i>	3 e 7 anos
<i>Atualização:</i>	IGP-M + 6% ao ano
<i>Pagamento do Principal:</i>	Nas datas de vencimento
<i>Pagamento de Juros:</i>	Semestralmente, Nos dias 01/06 e 01/12
<i>Modalidade:</i>	Nominativa e Negociável

**RESULTADO DO LEILÃO DE NTN-C REALIZADO EM 01/12/99**

<i>Descrição</i>	<i>NTN-C (3 anos)</i>	<i>NTN-C (7 anos)</i>	<i>Total</i>
Oferta Total (em mil unidades)			1.000
Demanda Total (em mil unidades)	1.895	1.087	2.982
Quantidade efetivamente vendida (em mil unidades)	675	325	1.000
Número Total de Propostas	105	44	149

As emissões não-financeiras em mercado totalizaram R\$ 28,8 bilhões. Deste total, R\$ 27,5 bilhões referem-se a colocações relativas às renegociações das dívidas de estados, conforme tabela 6 ao lado. Foram emitidos títulos e certificados para o refinanciamento das dívidas dos estados do Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rondônia, além do Distrito Federal. Observa-se que, desse valor, R\$ 14,4 bilhões foram destinados à reestruturação de bancos estaduais.

**TABELA 6  
EMISSÕES RELATIVAS À ASSUNÇÃO  
DE DÍVIDAS DE ESTADOS  
BRASIL, Dez/1999**  
Em R\$ milhões

ESTADO	VALOR
<b>Rio de Janeiro</b>	
1. Proes	
1.1. CFT-A	7.853,1
1.2. LFT-B	4.151,8
2. Assunção de Dívida Mobiliária	
1.1. LFT-A	11.563,2
1.2. LFT-E	139,3
<b>Distrito Federal</b>	
1. Assunção de Dívida Contratual	
1.1. LFT-B	506,0
<b>Paraná</b>	
1. Proes	
1.1. LFT-A	1.889,7
1.2. LFT-B	483,8
<b>Pernambuco</b>	
1. Assunção de Dívida Contratual	
1.1. LFT-B	658,3
<b>Rio Grande do Norte</b>	
1. Proes	
1.1. LFT-A	4,0
<b>Rondônia</b>	
1. Assunção de Dívida Contratual	
1.1. LFT-B	244,6
<b>Total</b>	<b>27.493,8</b>

## Composição da dívida

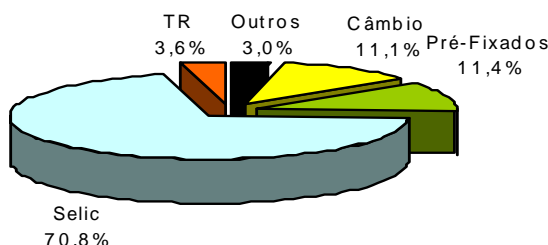
Ao final de dezembro, verificou-se um ligeiro crescimento dos títulos indexados à taxa Selic, passando de 68,5%, em novembro, para 70,8% do total, devido às novas colocações de LFT-A e LFT-B, relacionadas com o refinanciamento de dívidas de estados e municípios. A emissão desses títulos, na forma de colocação não competitiva, reduziu a participação relativa de LTN, conforme demonstrado na tabela 7 e no gráfico abaixo.

A participação relativa dos títulos cambiais no estoque da DPMFi continua se reduzindo, tendo passado de 13,2%, em outubro, para 12,9%, em novembro, e 11,4%, em dezembro (conforme tabela 7 e gráfico abaixo). É importante ressaltar que não tem havido colocação primária de títulos vinculados ao câmbio no mercado competitivo de taxas.

TABELA 7  
COMPOSIÇÃO DA DPMFi  
BRASIL, 1999

Indexador	1999 (%)		
	Out	Nov	Dez
Selic	67,7	68,5	70,8
Câmbio	13,2	12,9	11,2
Pré-Fixados	14,8	14,3	11,4
TR	3,8	3,8	3,6
Outros	0,4	0,5	3,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

DPMFi em Mercado  
Brasil, Dez/99



## Custo e Prazo Médios

O custo médio anual dos títulos competitivos (exceto os cambiais) fechou o ano de 1999 em 19,82%.

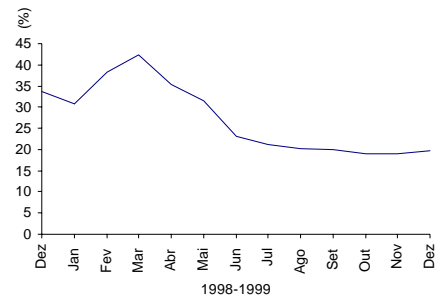
O custo médio anual dos títulos da DPMFi emitidos por meio de processo competitivo em mercado, excetuando-se os cambiais, foi de 19,82% em dezembro. Verifica-se no gráfico a seguir a diminuição do custo médio anual da DPMFi em mercado ao longo do ano de 1999. Em janeiro, este custo médio era de 30,90%.

**TABELA 8**  
**DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO**  
**BRASIL, 1998/1999**

		(% anual)			
PERÍODO		TOTAL(1)	TOTAL(2)	COMP(1)	COMP(2)
1998	Dez	31,32		33,71	
1999	Jan	30,42	227,40	30,90	311,41
	Fev	37,11	49,22	38,24	53,33
	Mar	40,02	-2,77	42,42	-11,64
	Abr	33,65	12,42	35,38	14,57
	Mai	26,20	34,02	31,52	34,96
	Jun	22,14	27,36	23,20	28,30
	Jul	20,42	20,98	21,12	21,95
	Ago	19,68	44,67	20,24	32,02
	Set	19,52	18,94	19,97	19,82
	Out	18,59	22,01	19,05	21,54
	Nov	18,59	14,07	18,90	15,41
	Dez	19,40	5,12	19,82	8,02

COMP - Títulos competitivos da DPMFi em mercado.  
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio  
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

**DPMFi - CUSTO MÉDIO**  
**(Inclui apenas os títulos competitivos em mercado)**



O prazo médio da DPMFi em mercado cresceu, de 24,44 meses, para 27,90 meses, basicamente devido às novas emissões no mercado não competitivo de taxas. O prazo médio dos títulos emitidos no mercado competitivo de taxas apresentou ligeira queda em relação ao mês anterior, passando de 8,59 meses, em novembro, para 8,35 meses, em dezembro. Esta redução ainda está associada ao aumento gradual da participação relativa das LTN no estoque de títulos.

Apesar de ter-se mantido, em dezembro, a estratégia de alongamento dos títulos pré-fixados, os prazos desses papéis ainda são relativamente curtos, o que provoca redução do prazo médio.

Vale ressaltar, por outro lado, que o aumento da composição dos pré-fixados reduz a sensibilidade da dívida às flutuações de curto prazo das taxas de juros de mercado.

O saldo dos haveres líquidos do Tesouro Nacional fechou o ano de 1999 com um montante de R\$ 260,5 bilhões (25,8% do PIB). Em termos nominais, houve crescimento de R\$ 28,1 bilhões no último mês do ano, sendo R\$ 27,8 bilhões no âmbito da STN e R\$ 252,4 milhões nos haveres dos Fundos, Autarquias e Fundações.

**TABELA 9**  
**DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO**  
**BRASIL, 1998/1999** (meses)

Período	TOTAL	COMP (1)
1998 Dez	29,75	7,13
1999	Jan	8,70
	Fev	9,73
	Mar	10,16
	Abr	10,06
	Mai	9,95
	Jun	10,63
	Jul	13,15
	Ago	11,12
	Set	10,25
	Out	9,30
	Nov	8,59
	Dez	8,35

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.

## **Dívida Contratual Interna**

**Os efeitos da Lei 9.496/97 e da MP 1.983/96 em 1999:**

a) 25 Estados assinaram acordos com a União de refinanciamento de suas dívidas que, dentre outras coisas, prevê a redução gradual de suas dívidas financeiras em relação à RLR. Apenas os Estados do TO e do AP não assinaram acordo;

b) como resultado, o Tesouro Nacional emitiu R\$ 133,0 bilhões para reestruturação financeira de Estados e ajustes prévios de 25 bancos estaduais, destinados à privatização/ extinção;

c) o Tesouro Nacional detém créditos junto aos governos estaduais da ordem de R\$ 122,0 bilhões, apenas no âmbito da Lei 9.496/97;

d) os Estados pagaram R\$ 4,3 bilhões à União, sendo R\$ 2,8 bilhões em juros e R\$ 1,5 bilhão em principal, somente no âmbito da Lei em referência. Atualmente, todos os Estados encontram-se adimplentes;

e) foram federalizadas 6 empresas e um banco estadual no valor total de R\$ 6,2 bilhões, além do recebimento em espécie de R\$ 2,6 bilhões, totalizando R\$ 8,8 bilhões para amortização da Conta Gráfica.

Do lado da STN, contribuiu para esse comportamento, além da variação positiva dos indicadores econômicos que atualizam a dívida contratual, a assunção da dívida do estado do Rio de Janeiro no âmbito da Lei nº 9.496/97, além das assunções relativas ao Distrito Federal (R\$ 506,0 milhões), Paraná (R\$ 2,4 bilhões), Pernambuco (R\$ 658,3 milhões), Rio Grande do Norte (R\$ 4,0 milhões) e Rondônia (R\$ 244,6 milhões), conforme demonstrado anteriormente na tabela 6.

Tais fatores elevaram o saldo dos haveres decorrentes das obrigações assumidas no âmbito da referida Lei em R\$ 20,2 bilhões. Além disso, também fruto da renegociação com o Rio de Janeiro (aquisição de *royalties*), o saldo da rubrica "Recebíveis de Estatais" aumentou em R\$ 11,9 bilhões.

Pelo lado da dívida, houve emissão de crédito securitizado no valor de R\$ 1,7 bilhão. Deste total, R\$ 62,7 milhões foram para saldar dívidas junto ao estado de Goiás quando da criação do estado de Tocantins; R\$ 201,8 milhões para pagamento de dívidas da CDRJ junto ao BNDES; R\$ 114,5 milhões para assunção de dívidas do estado do Rio de Janeiro no âmbito da Lei nº 9.496/97; e R\$ 1,3 bilhão refere-se à escrituração de dívidas da RFFSA junto à REFER e reembolso de valores dos custos de excedentes nucleares (vide *box* referente aos excedentes nucleares) à Eletrobrás.

Merece destaque, também, o cancelamento de R\$ 572,6 milhões em créditos securitizados, correspondentes às seguintes operações: i) R\$ 1,4 milhão referentes aos créditos recebidos no leilão de CDP em 08/12/99; ii) R\$ 1,8 milhão recebidos pelo INSS e trocados por CDP; iii) R\$ 48,0 milhões recebidos da Caixa Econômica Federal em pagamento de dívida do estado do Mato Grosso junto à União, no âmbito da Lei nº 9.496/97; iv) R\$ 3,0 milhões recebidos do estado da Bahia em pagamento de dívida no âmbito da Lei nº 9.496/97; v) R\$ 317,4 milhões recebidos do BNDES, com vistas ao pagamento de dividendos; e vi) R\$ 201,0 milhões trocados no leilão de NTN-C realizado em 01/12/99.

**Excedentes Nucleares**

Os custos excedentes de energia nucleoeletrica originaram-se dos dispêndios com a implantação do programa nuclear brasileiro, na década de 70. Ficou definido que a União absorveria o aporte financeiro, realizado por FURNAS, para a construção das usinas nucleares em montante correspondente ao custo excedente àquele de geração de energia hidroelétrica por usina de semelhante capacidade. No período compreendido entre 1986 e 1989, a União destinou a FURNAS o valor equivalente a US\$ 1,953 bilhão. A partir do exercício de 1990, não foi efetuado nenhum outro reembolso, o que resultou na edição da Lei nº 9.358, de 12.12.96, que dispôs sobre a absorção, pela União, dos custos excedentes decorrentes da construção e operação de usinas nucleoeletricas por FURNAS.



Com relação à dívida contratual de fundos, autarquias e fundações, verificou-se uma estabilização dos valores referentes às disponibilidades do FAT e demais entidades.

A Tabela 10, a seguir, demonstra o comportamento da Dívida Contratual Interna ao longo dos últimos três meses.

**TABELA 10**  
**DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA**  
**BRASIL, 1999**

	(R\$ milhões)		
	1999		
	Out	Nov	Dez
<b>TOTAL DA STN</b>	<b>-163.986</b>	<b>-167.504</b>	<b>-195.325</b>
Dívida Bancária	39.210	39.389	39.503
Crédito Securitizado (exceto CVS)	20.099	20.380	21.896
CVS	7.695	7.746	7.747
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.230	3.261	3.154
Certificados de Privatização	40	40	40
INSS	-9.664	-9.909	-10.031
Lei 7.976/89	-12.004	-11.712	-10.942
Bônus Renegociação	-19.549	-19.299	-16.211
Lei 8.727/93	-42.977	-43.193	-43.351
Lei 9.496/97	-102.005	-103.692	-123.908
Renegociação de dívidas dos Municípios	-2.782	-2.866	-3.852
Recebíveis dos Estados	-3.788	-3.878	-3.996
Recebíveis das Estatais	-19.375	-20.503	-32.431
Outros	-9.658	-9.667	-9.463
Créditos das Operações Oficiais	-10.230	-10.728	-10.556
Arrecadação a Recolher	-2.229	-2.872	-2.925
<b>TOTAL DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-64.309</b>	<b>-64.877</b>	<b>-65.129</b>
Fat	-45.003	-45.521	-45.487
Demais Entidades	-19.306	-19.356	-19.643
<b>TOTAL</b>	<b>-228.295</b>	<b>-232.381</b>	<b>-260.454</b>
<b>TOTAL/PIB</b>	<b>-23,4%</b>	<b>-23,4%</b>	<b>-25,8%</b>
<b>TOTAL DA STN/PIB</b>	<b>-16,8%</b>	<b>-16,9%</b>	<b>-19,2%</b>

*O custo médio anual dos créditos securitizados foi de 30,72% e o prazo médio foi de 158,33 meses, em dezembro.*

A dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional fechou o ano de 1999 com um saldo de R\$ 116,8 bilhões, ou 11,6% do PIB, caindo 1,1 ponto percentual do PIB em relação ao mês anterior.

A valorização do real frente ao dólar no mês (cerca de 7%) contribuiu para diminuir a dívida externa brasileira expressa em reais em R\$ 8,8 bilhões em relação a novembro. É importante observar que no ano de 1999 o saldo da dívida externa, em dólares americanos, cresceu apenas 4,8%. Com a apreciação da taxa de câmbio, de janeiro a dezembro de 1999, a dívida externa do Tesouro Nacional expressa em

## **Dívida Externa**

*Em dólares americanos, a dívida externa do Tesouro Nacional cresceu 4,8% em 1999.*

reais, em proporção do PIB, caiu, de 13,8% em janeiro para 11,6% em dezembro.

**TABELA 11**  
**DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL**  
**BRASIL, 1999**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	1999		
	Out	Nov	Dez
<b>1. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>95.121</b>	<b>95.856</b>	<b>89.185</b>
<b>1.1. Bônus de Renegociação</b>	<b>66.228</b>	<b>65.201</b>	<b>60.666</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	1.641	1.615	1.503
Interest Due and Unpaid (IDU)	4.841	4.766	4.435
Par Bond (PB)	7.557	7.440	6.922
Discount Bond (DB)	7.709	7.589	7.062
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	3.394	3.341	3.108
Front-Loaded Interest Reduction Bond (C-Bond)	12.995	12.793	11.903
Debt Conversion Bond (DCB)	15.668	15.425	14.353
New Money Bond (NMB)	4.373	4.305	4.006
Eligible Interest (EI)	8.051	7.926	7.375
<b>1.2. Bônus de Captação</b>	<b>28.893</b>	<b>30.655</b>	<b>28.519</b>
Samurai Bond	562	566	523
Global Bond	1.465	1.442	1.342
Deutch Mark Bond 2007 (DM Bond 2007)	1.053	992	922
Parallel Franco	314	296	275
Parallel Florim	374	352	327
Parallel Xelim	299	282	262
Global Bond 2027	6.836	6.729	6.262
Eurolira Bond	798	751	699
Eurosterling Bond 2007	483	462	434
Euro Bond 2003	1.032	972	903
Global 2008	790	744	692
DM 2008	2.441	2.403	2.236
Global 2004	5.859	5.768	5.367
Euro Bond 2002	1.651	1.554	1.446
Euro Bond 2004	1.032	972	903
Global Bond 2009	3.906	3.845	3.578
Euro Bond 2006	0	1.360	1.265
Euro Bond 2001	0	1.166	1.084
<b>2. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-6.044</b>	<b>-5.915</b>	<b>-4.496</b>
<b>3. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>34.850</b>	<b>36.153</b>	<b>32.904</b>
<b>4. DISPONIBILIDADE DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-500</b>	<b>-505</b>	<b>-752</b>
<b>5. TOTAL (1+2+3+4)</b>	<b>123.427</b>	<b>125.590</b>	<b>116.840</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB</b>	<b>12,6%</b>	<b>12,7%</b>	<b>11,6%</b>

*A relação Dívida Externa em Mercado/PIB fechou o ano de 1999 em 11,6%.*

Com relação a dívida mobiliária reestruturada, cabe mencionar o pagamento de parcela de principal e juros do bônus IDU no montante de US\$ 1,7 bilhão no final do mês e a realização de duas operações de conversão de C-bonds para NTN-A, nos valores de face de US\$ 75,0 mil e US\$ 255,0 mil cujos recursos serão aplicados em projetos culturais, conforme estipulado na Portaria nº 67, de 04/11/1999 do Ministério da Cultura e na Portaria nº 202 de 19/08/1996 do Ministério da Fazenda.

No que diz respeito aos organismos internacionais, destacou-se a transferência das cotas e ações que o Banco Central detinha junto a organismos multilaterais de crédito para a União, na forma prevista na Medida Provisória nº 1.980/13 de 10/12/1999. Em contrapartida, foram transferidas ao Banco Central, Letras Financeiras do Tesouro Nacional-LFT, no valor de R\$ 2,6 bilhões.

*O Tesouro Nacional transferiu R\$ 2,6 bilhões ao Banco Central em contrapartida a cotas e ações de organismos internacionais.*

Vale mencionar ainda a redução nos créditos da União resultantes da venda das garantias dos títulos Par e Discount, no valor de face de US\$ 1,8 bilhão (aproximadamente US\$ 408,0 milhões no valor de mercado) resultante da troca pelo Global 2009.

Ainda no mês de dezembro, o Tesouro Nacional realizou pagamentos regulares a bancos privados e a agências governamentais, a detentores de títulos externos e, particularmente, ao Clube de Paris. Foram efetuados pagamentos de principal, juros e encargos da dívida externa no montante de R\$ 3,2 bilhões.

*Foram pagos, em dezembro, R\$ 3,2 bilhões de amortização, juros e encargos da dívida externa.*

**TABELA 12**  
**EXECUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA**  
**BRASIL, Dez/1999**

(R\$ milhões)

Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
<b>I. Encargos Totais</b>	<b>2.450,1</b>	<b>701,7</b>	<b>3.151,8</b>
I.1. Organismos Multilaterais	36,1	33,0	<b>69,1</b>
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	260,9	108,1	<b>369,0</b>
I.3. Clube de Paris	657,5	409,1	<b>1.066,6</b>
I.4. Dívida Mobiliária	1.495,6	151,5	<b>1.647,1</b>
Bônus IDU 2001 <sup>4</sup>	1.495,6	151,5	<b>1.647,1</b>

*4 - Títulos emitidos em novembro de 1992, com datas retroativas a 1 de janeiro de 1991. Não possuem garantias de principal e juros. Resolução do Senado Federal nº 20/91.*

Com relação à colocação de títulos no mercado internacional, observou-se que o cenário externo em 1999 foi substancialmente mais favorável que o do ano anterior, quando o mercado de títulos esteve praticamente fechado para emissores emergentes. O Brasil foi um dos primeiros países a retornar ao mercado de títulos, em abril, com a emissão do Global 2004, no montante de US\$ 3,0 bilhões, contemplando US\$ 1,0 bilhão emitidos em troca por títulos da dívida mobiliária externa reestruturada, IDU e EI.

*Em 1999, o Governo Brasileiro colocou US\$ 7,7 bilhões em novos títulos, sendo US\$ 5,0 bilhões para troca da dívida reestruturada e US\$ 2,7 bilhões no mercado de Euros.*

A esta operação se seguiram algumas emissões no mercado de Euros: i) Euro 2002, que captou EUR 800 milhões em duas tranches; ii) Euro 2001, que atingiu EUR 600 milhões; iii) Euro 2004, que correspondeu à emissão de EUR 500 milhões; e iv) Euro 2006, o mais longo dos títulos colocados, no montante de EUR 700 milhões. A colocação desses títulos, juntamente ao Euro 2003, emitido em 1998, foram importantes para a construção de uma sólida curva brasileira em Euros, permitindo a geração de *benchmark* para futuras emissões dos setores público e privado do país.

A outra operação de destaque no ano de 1999 foi a emissão do Global 2009 em outubro. Foram emitidos US\$ 2 bilhões através de troca por títulos Par, Discount, C-Bond e DCB. A operação foi muito bem sucedida e veio a prover liquidez ao ponto de 10 anos na curva de rendimentos dos títulos brasileiros no exterior.

Em 1999, o Tesouro Nacional promoveu o cancelamento de vários títulos da dívida externa brasileira (*Brady bonds*) notadamente em decorrência de três tipos de operação: i) Recebimento de dívidas de Angola com o Governo brasileiro no âmbito do PROEX; ii) Operações de recompra de papéis entregues como parte das operações de lançamento dos novos bônus globais com vencimentos em 2004 e 2009; e iii) Conversão de títulos brasileiros externos para internos regulamentados pelas Portarias nº 55 e nº 202 do Ministério da Fazenda e nº 184 do Ministério da Cultura. No total, foram cancelados US\$ 4,3 bilhões em IDU bond, Par bond, Discount bond, Debt Conversion bonds, C-bond e EI bond.

*O exercício de 1999 foi favorável à formação de novos mercados e consolidação dos já existentes.*

Em termos gerais, observa-se que as novas emissões de Global Bonds, com prazos de até 10 anos, além daquelas relativas aos EURO Bonds, ocorridas no período, demonstram que o exercício de 1999 foi favorável para a gradual formação de novos mercados, como de EUROS, e consolidação daqueles já existentes.